



ST 04 - NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS DOS BRASIS DO ONTEM E DO HOJE: CINEMA, EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Coordenadores:

Jadson Pereira Vieira (UFRN), Bruno Wesley Soares da Costa Araújo (UFRN)

Este Simpósio Temático almeja reunir membros das humanidades, artistas e militantes que desenvolvam pesquisas ou vivências voltadas ao campo imagético, à sétima arte, às imagens e sentidos que se produzem sobre e a partir dos Movimentos Sociais e seus correlatos na Educação que seja perpassado pelo(s) olhar(es) sobre a sociedade brasileira em sua multidiversidade étnica, conflitos e disputas de ontem e de hoje, os quais, atravessam a dimensão da paisagem dos sentidos sociais do “ser brasileiro” ao longo de nossa(s) história(s) política, cultural, econômica e de laços afetivos, etc. Além disso, pretendemos debater às ideias de Brasis por uma perspectiva a partir do Sul-Sul, revitalizando o debate historiográfico que perpassa as dimensões do Cinema, da Educação e dos Movimentos sociais, desde às resistências populares, a luta dos povos indígenas e dos trabalhadores rurais ao pensamento crítico latino-americano e a auto-organização dos movimentos sociais em sua luta cotidiana.

O PROFESSOR DE HISTÓRIA E OS DUELOS COM AS IARAS DIGITAIS

Djalma Luiz do Nascimento Dantas¹⁰

Mestrando em História - PROFHISTÓRIA/URCA

djalma Luiz_13@hotmail.com

Resumo: Os Novos desafios impostos para o ensino de História e do papel da História Pública, devido a seu questionamento enquanto verdade contada ou mentira a ser revelada. Tais posicionamentos levaram-nos a buscar descrever o caminho da educação brasileira nos meios de comunicação em massa e presente no jogo de disputas da internet e seus vários discursos e possibilidades de apresentação. O que se fala na internet soa como verdades inquestionáveis e essas, estabelecidas pela ciência, começam a ser desconstruídas pelas mídias tradicionais findando na internet. Discursos e escritos negacionistas, plataformas digitais que prometem explicar tempos históricos em um período relativo de tempo, colocam em xeque o trabalho do Historiador e do professor de História, sendo preciso voltar-nos ao enfrentamento das narrativas, buscando a verdade como arma principal. Nesta perspectiva, analisaremos os discursos produzidos e defendidos contra a História, por grupos conservadores, que levaram ao surgimento de movimentos como a Escola sem Partido e o Movimento Brasil Livre, que com teor conservador buscaram deslegitimar a História como ciência e conseqüentemente os professores, que diante das disputas discursivas devem se levantar contra esses

¹⁰ Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande, CFP/UFCG, Especialista em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária pela mesma instituição, Mestrando em História pelo PROFHISTÓRIA – Universidade Regional do Cariri.



movimentos, utilizando como uma ferramenta para isto o campo digital, no pronunciamento da verdade apresentada por Foucault como “*parresia*” e “*veridicção*”.

Palavras- Chave: Ciência, conservadorismo, Ensino de História e verdade.

Nos últimos anos, com o advento da internet como um poderoso e eficaz meio de comunicação, as salas de aula de todas as disciplinas, saíram das escolas e ganharam as redes. Assim, passaram a se tornar um caminho para a aprendizagem de todos os conhecimentos, esses antes encontrados nas aulas expositivas e nos livros didáticos, que por sua vez alcançavam boa parte das escolas e dos estudantes, que levavam esses saberes aos lares do Brasil e a sociedade se construía a partir desses saberes possibilitando formação para a cidadania.

Outros foram, com o passar do tempo, os caminhos tecnológicos vislumbrados para educação e aprendizagem, como o rádio, primeiro meio de comunicação em massa usado para fins educativos no país. Desde o governo Vargas, é um forte instrumento de informação, lazer e educação, estando ao longo dos anos em programas, como o desenvolvido durante o governo Lula, chamado Rádio Escola, o que segundo Andrelo (2012) constituiu um papel formador de opiniões e saberes externos ao espaço escolar.

É importante pontuar outras possibilidades, como a presença da televisão brasileira como um meio utilizado para produzir e exibir programas de saberes, como o caso do Telecurso 2000², que durante quase quarenta anos esteve em exibição na TV Globo, sendo um exemplo do alcance de massas na busca por fornecer um conhecimento além da escola, voltado a todos os níveis da educação básica e formação técnico profissionalizante, entendo que mesmo apresentado de maneira massiva, não substituiu as relações de aprendizagem e o contato com os docentes na construção de um conhecimento fecundo, embora em consoante aos postulados da autora Cordioli (2021), que aponta, inclusive, a televisão como um caminho viável para preparação de provas que podem levar à conclusão de vários níveis de ensino ofertados pelo governo.

² Programa desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho e transmitido pela TV Globo durante mais de 40 anos Disponível em: <https://vaidebolsa.com.br/blog/dicas-e-curiosidades/telecurso-2000/> março 3, 2021. Acesso em: 07 jul 2022.



Ao elencarmos brevemente estes meios de comunicação que durante muitos anos monopolizaram o acesso ao conhecimento fora do ambiente escolar, vamos debruçar nossa atenção para o advento de uma nova e revolucionária fonte de saberes e informações, que emerge com tamanha força que possibilita a produção de vários discursos divergentes e/ou convergentes, entretenimento e opções de trabalho. Todos os cantos passam agora a ser imersos neste campo de atuação, estamos nos referindo aqui a era digital e o advento da internet, - suas inúmeras vantagens e desvantagens, saberes e dessabores, avanços e retrocessos - estamos cientes que esta é uma ferramenta ou campo de saber irreversível.

É no meio digital que as várias “Histórias ou estórias” aparecem e se multiplicam, seduzindo, encantando, apaixonando jovens e velhos, tal qual retrata a lenda da Iara (personagem do folclore brasileiro) presente em muitas obras de literatura nacional. Conforme apresentado por Casemiro (2012), a Iara é uma índia, espécie de sereia, que seduz os homens, por meio do belo canto, por sua beleza e riquezas oferecidas em ouro, aprisionando e matando-os após o embelezamento e conquista. E o que a História Pública no digital tem a ver com a Iara? E como esta lenda pode ser associada a disputas de verdades na internet? A História e o historiador podem combater a Iara digital sem se deixar seduzir pelo seu canto hipnotizante?

Como foco deste breve artigo buscaremos discutir os desafios que esse novo mecanismo de comunicação em massa (observando que é necessário um maior aprofundamento deste conceito a partir de sua origem que é a escola de Frankfurt e que não é tema central deste artigo) estando este mecanismo agora presentes em uma sociedade em rede de comunicações, como ele afeta, contribui e dificulta o ensino da História no ambiente escolar, com a ressonância do que se diz (do discurso) digital, uma vez que a internet e seus inúmeros aplicativos de troca de mensagens, vídeos e áudios, faz de todos autores de discursos que passam a ser reproduzidos, muito deles sem a preocupação da verdade, em contra partida se apresenta como canto da Iara atraente e apaixonante, com ataques muitas vezes mortais aos fatos históricos e as versões que, contadas com todo glamour, tentam desconstruir verdades históricas que acreditávamos serem inquestionáveis, sendo justamente neste ponto que elencaremos nossas reflexões.



Durante anos a História enquanto disciplina escolar e ciência estabelecida não sofria tantos “ataques”. Todavia, a internet abriu espaço para “*novos historiadores sem formação*”, o rádio e a TV, de certa forma, eram lugares de fala (discurso) estabelecida, seguindo, na maioria das vezes, os princípios historiográficos, feitos com base nos princípios norteadores da legislação educacional. No entanto, quem regula o que é dito na internet e suas múltiplas janelas e possibilidades? No Brasil não há diretrizes para o que ou como deve ser apresentados conteúdos educacionais nas redes, ou seja, este campo de produção de conteúdos digitais está aberto, sem que as regras sejam postas. Não estamos aqui defendendo a censura, apenas propomos um prisma de análise, por isso, questionamos: como os historiadores e professores de História podem se apresentar nesse jogo virtual?

(...) à identidade desse historiador, destaca-se o uso preponderante de determinadas virtudes epistêmicas herdadas da tradição disciplinar, como “objetividade” e “distanciamento”, associadas a outras que poderíamos considerar mais contemporâneas e vinculadas às novas pressões da conjuntura universitária e social, como a de “excelência”. Essas virtudes normalmente vêm associadas nos textos a “habilidades específicas” que formariam o que foi sintetizado durante o debate, em diferentes momentos, como o “olhar do historiador” — um modo de percepção que o singularizaria diante dos outros modos de lidar com o passado. Entre as mais citadas está a capacidade de leitura (um “saber ler”), possibilitada tanto pelo domínio de “capacidades técnicas”, assim como por virtudes tais quais a “perseverança” e a “desconfiança” no trato com os documentos. (TURIN, 2018, p. 189).

Isto posto, conforme Turin (2018) ao historiador é dada as cartas da epistemologia, do seu olhar clínico de um especialista ao se tratar da escrita e leitura da História na sua prática, na construção de um saber que busca a verdade do passado que se pretende desvendar, elucidar e apresentar para a universidade, escolas e sociedade, sendo este o caminho para que todos possam compreender as concepções de um passado e assim refletir e mudar a sociedade para melhor e justa. Ao escrever sobre determinado fato histórico, o historiador profissional lança ao leitor um discurso de legitimidade, de fala científica que busca incessantemente a verdade, independente dos campos em disputas. Porém qual é a verdade aceita pelo sujeito? A do historiador serve e é aceita?



Acreditamos e defendemos que principalmente a escrita do discurso historiográfico deve estar sempre voltada à verdade, assim como ela é apresentada por Foucault (2017) na obra “A coragem da verdade”. Segundo o autor, a essência da verdade se faz presente na capacidade de dizê-la sem temer as circunstâncias ou até mesmo a morte, o que ele denomina de “*parresia*”, ou seja, não interessa em qual campo de jogo o professor e /ou historiador fundamenta seu discurso, ele deve buscar a verdade de forma epistêmica na construção da sua “*veridicção*”, técnica inerente da sua atuação profissional.

Há a veridicção que diz demonstrativamente em que pé de encontram os saberes e o know-how. (...) esses quatro modos de dizer a verdade são, a meu ver, absolutamente fundamentais para análise do discurso, na medida em que, no discurso, se constitui, para si e para os outros, o sujeito que diz a verdade. Acredito que desde a cultura grega, o sujeito que diz a verdade assume essas quatro formas possíveis: ou ele é o profeta, ou é o sábio, ou é o técnico, ou é o parresiasta. (FOUCAULT, 2017, p. 27).

Parece-nos que o autor aponta o caminho que o historiador deve seguir, o que muitas vezes pode não ser atraente aos leitores ou espectadores do mundo digital nos seus diversos canais de acesso - quase infinitos – que apresentam os fatos históricos com despreocupação com a verdade ou até mesmo com teorias revisionistas ou negacionistas e por vezes simplista da própria História. A exemplo da influencer digital Debora Aladim que apresenta o “Resumo de História: DITADURA MILITAR, cinquenta minutos em cinco”³, prometendo fazer acontecer a aprendizagem de vinte e um anos de período ditatorial em minutos, o que evidentemente não pode ser capaz de desvendar tal feito, no entanto, este vídeo tem quase dois milhões de visualizações, atraindo principalmente jovens estudantes que muitas vezes confiam mais nele do que no seu professor de História em sala de aula.

Como exemplo deste campo aberto está a História Pública no âmbito digital, e o seu papel na construção do aprendizado histórico, segundo Rovai (2018) “o aprendizado

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B8hLHJSA6V0>. Acesso: 07 jun 2022.



da escola avança e dialoga com outros agentes, com a população da internet, ampliando a noção de público e exigindo a criatividade de se narrar a própria história.”

A História Pública é um posicionamento intelectual e político de observação da realidade. Mas do que isso, uma opção pela organização, pela mediação e pela divulgação de conhecimentos que, muitas vezes, estão fora do território da academia e que ultrapassa o currículo escolar. Diferente dessa crença ingênua em uma “ciência histórica neutra, distante e apolítica”, no ensino de história em que os “fatos falam por si” e na restrita concepção de que só é possível pensar os acontecimentos em espaços formais de educação, a História Pública é compromisso com a construção, o acesso e os efeitos políticos de múltiplos saberes, que devem circular da forma mais democrática possível (ROVAI, 2018, p. s/n).

A História Pública para a autora também deve ser vinculada à ética e ao compromisso com a verdade e o profissionalismo, pois a História com esses princípios pode utilizar as redes para conquistar visibilidade e dar poder de fala a grupos, por muito tempo silenciados. No entanto, é preciso destacar a necessidade ética e profissional na construção das narrativas que emergem no cenário digital e que acreditamos também encontrar seu público e aceitação.

Por outro lado, na contramão desse pensamento, grupos se empoderam desta ferramenta tecnológica, abrindo-se também um terreno fértil para as pretensões daqueles que passaram a usar o espaço da internet para desmoralizar, ou deslegitimar a História e seus profissionais, ou seja, é a abertura do caminho para negacionistas e/ou revisionistas adentrarem na produção de conteúdo com viés político e conservador, a fim de legitimar seus ideais, ideologias e princípios sem estarem preocupados com a verdade, principalmente aquela defendida por Foucault.

Como subsídio para esses debates temos as obras de Salles (2019) e Ferreira (2020), ambos promovem estudos a respeito das disputas do discurso de legitimação de propostas ideológicas, utilizando como subterfúgio a internet e os canais digitais para expressar suas verdades, os dois fazem análises de discurso sobre movimentos que emergiram com mais força e evidência nas redes sociais, lançando projetos políticos de poder para educação e para o ensino da História enquanto espaço de saber e discurso de verdade.



Sobre essa análise do discurso que desponta como formas de poder e saber, temos:

Finalmente, a arqueologia não procura reconstituir o que pôde ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiam o discurso; ela não se propõe a recolher esse núcleo fugidio onde autor e obra trocam de identidade; onde o pensamento permanece ainda o mais próximo de si, na forma ainda não alterada do mesmo, e onde a linguagem não se desenvolveu ainda na dispersão espacial e sucessiva do discurso [...] Não é nada além e nada diferente de uma reescrita: isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem: é a descrição sistemática de um discurso-objeto. (FOUCAULT, 2013, p. 171).

Ou seja, segundo Foucault (2013) ao fazer a análise de discursos como formas de saber e poder é preciso concentrar o pensamento para a “*arqueologia*”, tendo em vista que a preocupação está no que se diz e como se diz para um efeito social, isto posto, coloca-se em xeque os discursos produzidos nos meios digitais, sua disseminação e aceitação pela sociedade, que deixa de se preocupar em buscar pelos espaços em que emergem, e se convencem com uma “verdade” que é submetida sem questionamentos ou problematização.

Ainda, Ferreira (2020) ao fazer uma análise dos discursos produzidos sobre o Ensino de História entre 2002- 2019, que passa a apresentar nos telejornais e em toda a grande mídia sob a forte pressão imposta ao ensino de História colocando-o como um “*perfil comunista*” no seu fazer em sala de aula, esse meio que dissemina, nesse grande campo virtual, informações captadas pela sociedade em geral, que mesmo com os questionamentos em oposição dos historiadores, vê o movimento levantar-se e ganhar estrutura, com a representação de Ali Kamel⁴ ao fazer a crítica do livro Nova História Crítica, 8ª série de Mario Schmidt – acusando o autor e o Ministério da Educação e Cultura de promover comunismo nas escolas.

⁴ Jornalista que escreveu artigo criticando o livro de Mário Shimidt, disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/a-polemica-sobre-a-nova-historia/> texto de 2007 escrito por Ali Kamel, Mario Schmidt e Luis Nassif. Acesso: em 15 de mai de 2022.



Sob esse viés, emergem vários outros discursos que irão se encaminhar para alguns questionamentos, como o da História enquanto ciência, da atuação dos profissionais das ciências humanas, com mais ênfase nos professores de História, que passam a ser comumente chamados de doutrinadores e comunistas.

Os discursos possuem uma ordem própria, organizam-se de acordo com suas demandas - qualquer que seja sua natureza -, seus produtores e consumidores. Trilham caminhos sinuosos, avançam e retrocedem, comunicam da mesma forma que podem excluir conteúdo. Organizam formas de pensar e de agir, desde sua formação mais básica – as palavras -, fazem um percurso, transitam em todas as esferas da vida cotidiana, constituem nosso lugar social, contribuem para nossa escrita e reverberam em nossas práticas. (FERREIRA, 2020, p. 34).

Como vimos, o autor aponta para os caminhos que irão reverberar nas práticas futuras dos grupos (de direita) que propagam estes discursos: “ensinar outra história”, “vamos te dizer o que teus professores não tem coragem de te contar” ou o que é pior, “os seus professores mentiram para você, vamos te apresentar a verdade”, o discurso que tem uma proposta ideológica a ser fixada na sociedade.

Justamente nesse sentido dialogamos com o autor Salles (2019), que apresenta o resultado dos discursos apresentados por Ferreira anteriormente, uma vez que Salles aponta para a concepção muito pertinente das pretensões dos discursos postos ao escrever a dissertação “*Criando a doença para vender a cura: o discurso da “doutrinação ideológica” do Movimento Escola Sem Partido*”. Nesta perspectiva, assim como Ferreira, Salles parte da discussão da mudança de rumos sobre o conhecimento histórico na grande mídia e no mundo digital, com a inserção nos noticiários da crítica ao livro *Nova História Crítica*, 8ª série de Mario Schmidt – publicado pelo MEC e distribuído, acusado de conter teor comunista, de doutrinação às crianças do Brasil. Finalmente, não podemos deixar de destacar o viés político conservador dos que colocam o livro como propagador do comunismo soviético.

Acreditamos que tais correntes e pensamentos propostos carregam o canto da Iara e colocam a ciência histórica e seus profissionais em lados opostos a tais proposituras nas redes. Aqui, onde se colocam os novos campos de disputas e narrativas e versões de determinados fatos histórico, o grande problema ao nosso olhar é que de



um lado temos as versões da Iara sedutoras para quem vê, mas sem critérios à sua produção no mundo digital e que vai refletir nas salas de aulas e naquilo que se deseja ser ensinado e apreendido, do outro lado os professores e professores que tem como regra a epistemologia e a construção da ciência que busca a verdade, sem nem sempre ser atraente e encantadora a quem lê, vê ou escuta. No entanto, mesmo sem regras claras nas disputas é preciso duelar em todos os campos de batalha, cabe ao historiador ser o fiador desta verdade almejada.

Segundo Salles (2019), após tais embates, a mídia e a internet são tomadas por acusações e discursos conservadores, sobre todo o processo educacional brasileiro, emergindo os movimentos ideológicos religiosos cristãos, principalmente o evangélico, oposição a discussões de gênero, discriminação a partidos políticos, em especial ao Partido dos Trabalhadores – PT, que no auge do movimento tinha a presidente Dilma como sua representante, o que também aponta um caráter misógeno, entre outras bandeiras levantadas, como a defesa da Ditadura Militar, após todo engajamento nas redes sociais, este movimento conservador passa a ganhar voz e nome: Escola sem Partido⁴.

Tomando o conceito de conservadorismo como chave de análise e pensando-a a partir da teoria do discurso, fui capaz de *observar com que tipos de concepções pedagógicas o Escola Sem Partido se relaciona e com quais ele antagoniza*. Daí surge a percepção do Escola Sem Partido como uma formação discursiva que, através de relações pautadas na hegemonia, conseguiu construir uma rede de associações ideológicas e políticas que viabilizaram sua ascensão. No centro dessa rede, dei destaque ao ponto nodal representado pelo combate à “doutrinação ideológica”, a defesa da “neutralidade” no ensino e os vários discursos que esse elemento ajudou a unificar em torno do MESP – fundamentalismo religioso, anticomunismo, libertarianismo. (SALLES, 2020, p. 115).

Nesse sentido, o conservadorismo ascende a partir de um discurso voltado para a moralização pública e o combate a um comunismo inexistente na prática, o que se coloca em jogo neste campo de discursos dos progressistas *versus* conservadores. Assim

⁴ “Escola sem Partido, é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Texto retirado: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/> Acesso em: 16 de maio 2022.



há o embate que a História vem enfrentando, a ciência que outrora era sinônimo de verdade – *perrasiana na visão foucaultiana* – inquestionável este tem uma forte vinculação com um ethos, um posicionamento ético frente à verdade ou a coragem da verdade, agora não é só questionável como aparece como um discurso mentiroso para negacionistas, herdeiros do legado do Movimento Brasil Livre e O Escola sem Partido.

Talvez seja na atualidade, o momento em que o ensino de História venha sofrendo o maior número de embates frente à negação da sua produção, promovendo assim uma forte tensão na sua concepção de ciência comprometida com a verdade em seu fazer.

O passado, pelos historiadores escrito, com todo cuidado epistêmico, nunca foi tão questionado com novas e infinitas versões que surgem nos canais digitais de informação e compartilhamento de dados. As versões “negacionistas” ou “revisionistas” dos fatos ou da História, que colocam, por exemplo, os professores de História no seu ofício em xeque, uma vez que esses buscam exaltar a verdade, em meio a Fake News e canais digitais, em sala de aulas, e que têm nas telas uma concorrência desleal, além do fato das fortes acusações de comunistas que soam nas suas costas.

Nesse ínterim, o termo negacionismo segundo Avila (2021) está na moda tendo em vista que muitas dessas versões da História, saíram da mídia e se espalharam pela sociedade e por chefes de Estado conservadores, a exemplo de Trump e Bolsonaro, que negaram a COVID-19. Os defensores desta ideia vão “Da romantização do colonialismo à minimização da escravidão no Ocidente, passando pela reabilitação de regimes autoritários diversos, pouco foi intocado por essas operações de normalização do negacionismo, inclusive no Brasil”. (AVILA, 2021. p. 163). E de onde surgiu essa “moda”?

O termo negacionismo, para se referir a grupos e indivíduos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa dos judeus durante o regime nazista, foi popularizado pelo historiador francês Henry Rousso (1987, p. 166). A palavra passou a ser usada em sentido contrário ao empregado pelos próprios negacionistas, que se viam como fundadores de uma “escola revisionista” (a denominação é do negacionista Roubert Faurisson) e pretendiam conferir credibilidade intelectual e científica ao que não passava de falsificação e de distorção de evidências. (ROUSSO, 1987 *apud* VALIM, AVELAR, BEVERNAGE, 2020, p.14).



O negacionismo ganha forma e difusão ao tentar desconstruir ou buscar novas versões que possam ser usadas para legitimar a ideologia de quem passa a defender tais posicionamentos, na grande maioria ideias conservadoras, como plano de fundo e alicerce das suas versões que são autodeclaradas verdadeiras, usando inclusive o Estado como fiador da nova direita, como é apresentado por Avila (2020).

De acordo com o pensamento de Avila (2020), o negacionismo no Brasil apresenta, em suas análises, a presença do atual governo nessas práticas revisionistas ao ter como chefe da nação um defensor da tortura, que rejeita a ditadura militar como uma ação violenta e antidemocrática defendendo a mudança de conceito para a revolução que livrou o país do *comunismo*. Outro exemplo apresentado por ele é o Brasil Paralelo, que usa a internet para espalhar sua versão da História amplamente questionada, porém muito bem editada, roteirizada e bela na produção de seus vídeos e artigos. Colocando suas verdades e discursos no jogo de versos, duelando pela “verdade” histórica.

Na atualidade, as inúmeras versões da História contadas por meio de aplicativos digitais, pode ser visto e interpretado como o encantamento da Iara, meigo, doce e sedutor, tendo em vista que muito do que se produz em vídeos curtos e bem editados, bem programados com trilhas sonoras, efeitos especiais áudio visuais, linguagem pouco rebuscada, malabarismo, promessa de riqueza histórica apresentam, por vezes, a História de um século em apenas 5 minutos. Sob esse viés, Meneses e Mello (2021), questionam se será mesmo possível conseguir esta riqueza que é o conhecimento histórico de forma tão rápida. Ou será que estamos sendo levados para os braços encantados da Iara? O conhecimento que obtemos nesses meios é perene e verídico?

Há um dito popular que diz que: “nada vem fácil” e “tudo que vem fácil, vai fácil”. Assim, pensar a História, sua produção, a formação de professores e o que devemos ou não aprender desta ciência, não pode e não deve estar e nem tampouco ser dissociada da era digital, pelo contrário, acreditamos que temos o dever de construir esse saber, tão importante para a sociedade do presente imersa na era digital.

Nessa condição, precisamos ainda encontrar a forma - não é esse texto que irá solucionar tal problema – de fabricar uma História que saia das universidades e escolas, uma vez que:



Já não é mais novidade que não se aprende História somente na escola. Se antes se aprendia também com o rádio, jornais impressos e televisão, agora a rede mundial de computadores deixa-nos evidente que muito do que se faz na sala de aula da Educação Básica os estudantes encontram com alguns cliques sem precisar sair de casa. Podemos dizer que há uma história carregada nas mãos dos estudantes que se infiltra na sala de aula e, em boa medida, se sobrepõe ao trabalho do professor. (MELO e MENESES, 2021, p. 446).

Nesta perspectiva, porém, acreditamos que existem formas de resistir e ressignificar o canto da Iara, no contexto da disseminação da História e de seus saberes utilizando das rede como um mecanismo de problematização do que se deve aprender desta ciência, por isto a formação docente nesta área do conhecimento deve preparar jovens professores para esta nova necessidade pedagógica e metodológica, como também cabe às instituições (públicas e privadas) fornecerem aperfeiçoamento aos docentes, além de condições melhores de trabalho na era digital, despertar o desejo dos profissionais em buscar esses novos saberes de inserção digital e estarem atentos às exigências no momento.

Dessa forma, é na internet, junto aos seus encantos e desencantos para o ensino de História e construção de seus saberes, que se deve partir: como o professor deve e pode atuar em sala de aula, para conseguir junto aos discentes problematizar as infinitas informações que estão circulando na rede mundial de computadores, suas finalidades e suas intencionalidades? Afinal é preciso entender que existe um mercado por trás de quem produz conteúdo digital, sendo por vezes o motivo do encantamento da Iara, o lucro.

Neste ponto é preciso destacar que existem agentes envolvidos nessa produção, muitos deles jovens, não professores, que estão por trás do que é contado na rede, muitas vezes sem a preocupação com a verdade epistêmica, uma vez que está em disputa o desejo de visualizações, likes e o mais importante: rentabilidade para o seu conteúdo digital. Não desimportante destacar as motivações políticas ideológicas que, de maneira tendenciosa, podem querer distorcer os fatos históricos amplamente estabelecidos como verdade.

Assim, o princípio de reflexão da verdade de alguma maneira podia ser colocado em xeque afirmado/negado a partir de referentes delimitados na constituição discursiva.



Além disso, temos acesso aos livros e às fontes utilizadas como base da pesquisa. Quando pensamos sobre a nova onda negacionista com a qual deparamos, percebemos as dificuldades de encontrarmos, por exemplo, os protocolos de constituição desses argumentos, uma vez que eles se legitimam muito mais pela forma de apresentação do que por seu conteúdo. O mais grave, sua aceitação social, tem dispensado dados e fontes sobre os quais tais afirmações são feitas. (MENESES, 2019, p. 84)

No entanto, existe outra verdade? O que a autora traz ao enfoque é o fato de que existem muitos mecanismos digitais utilizados para desfazer fatos contundentes das ciências que passam a ser contestados sem provas nem evidências. Meneses (2019) apresenta o fato de surgirem na internet, conteúdos “terraplanistas” que passam afirmar que a Terra é plana, os negacionistas do holocausto apontados pela autora.

Esse desserviço à sociedade vai além de questões teóricas, chegamos ao ponto de nos depararmos com contestadores das vacinas, já consolidadas no cenário social e que com a epidemia de Covid-19 deveriam ser uma solução para a saúde das pessoas, todavia passam a ser colocadas em dúvida, tem suas eficácias contestadas. Nessa contramão, o Governo Brasileiro tem um exemplar da desinformação: o presidente da República que é antivacina, e foi à Organização das Nações Unidas defender e receitar um *kit* ineficaz, à base de cloroquina, além da não obrigatoriedade da vacinação em massa da população brasileira.

Com esta atitude pode ter levado muitas pessoas a óbito, ao não adotar as recomendações de especialistas e da Organização Mundial da Saúde, este, entre outros fatos, já elencados demonstram a necessidade já apresentada de profissionais da História ocuparem as redes implementando conteúdos e conceitos fundamentais para evitar que novas situações como essa aconteçam. É dever social, caminhar combater o negacionismo pois esse tipo de narrativa não pode ser legitimada, falsas verdades chamadas hoje de negacionismo e que dificulta a compreensão da realidade social.

Da mesma maneira, nossa noção de ciência importa a concepção de como determinadas formas ou atividades têm dado conta cientificamente do passado e um quadro de mudanças que a ciência tem causado na vida cotidiana. Da mesma forma, a noção que nós obtemos de estados-nações é inevitavelmente influenciada pela nossa compreensão do passado. O passado dá concreticidade aos nossos conceitos. Em muitas áreas do conhecimento, o passado é a referência



para o nosso conhecimento de regras e para a nossa capacidade de selecionar acontecimentos. Alternativamente, o passado será o árbitro quando se precisa determinar se a aplicação de uma regra pode ser satisfatória ou não. (LEE, 2011, p. 20).

Obviamente que ao buscar alternativas para apontar a importância de se aprender História, Peter Lee (2020) demonstra que a História deve ser a ciência capaz de validar o que é verdade, em meios às tramas e narrativas que são colocadas no cenário social do presente, olhando para o passado e evidenciando sua concepção científica, sendo o instrumento capaz de determinar de forma racional o mundo e suas relações internas. E são dessas relações que se constroem as suas concepções da História do presente, do passado e da possibilidade de compreensão de eventos que possam estar por vir.

Um professor experiente é capaz de ver coisas que um sem experiência iria perder e saberá com que tipo de situação terá de lidar. Um homem do mar pode saber que clima será favorável sem ser capaz de explicar como o sabe. Não há nada misterioso aqui. Muitas coisas são envolvidas: ter as concepções corretas, reconhecer exemplos, saber princípios, reconhecer condições sob as quais eles são aplicáveis, ser capaz de identificar tendências contrárias e assim por diante. Com tempo, prática e experiência, paciência, e um leque de experiências, a maioria das pessoas pode aprender o que é requerido. (LEE, 2011, p. 38).

Assim como o autor, acreditamos que a aprendizagem é o caminho para combater a avalanche de conteúdos infinitos no ambiente digital, sejam eles positivos, tendo em vista que muito que escrevemos aqui é fruto de pesquisas na rede, como os já mencionados conteúdos duvidosos representados no negacionismo e no imediatismo, como problemas para efetivação de saberes de bases concretas fundamentados pela História.

É justamente no exemplo do professor que Peter Lee apresenta que vemos a possibilidade de uma nova relação de saberes nas casas, nas ruas, na sala de aula e agora na internet, sabendo todos que o docente deve ser o mediador desta aprendizagem, em especial aqui, a da História. Neste contexto como deve se apresentar o professor de História? Que professor ele deve ser?

Difícilmente conseguiríamos responder tais indagações, no entanto, podemos apontar caminhos, tendo a certeza de que a educação para o ensino de História deve



estar na inserção nos meios digitais. Não estamos aqui propondo uma disputa ou uma corrida deliberada. Como apontou Meneses e Melo (2021), os alunos têm acesso à informação na palma da mão, não deveremos ser aquele professor que deixa o passado ainda mais distante, como o apresentado na literatura de JK Rolling.

A História da Magia era a matéria mais sem graça do programa. O Prof. Binns, encarregado de ensiná-la, era o único professor fantasma, e a coisa mais excitante que acontecia em suas aulas era ele entrar em classe atravessando o quadro-negro. Velhíssimo e enrugado, muita gente dizia que ainda não percebera que estava morto. Um belo dia ele simplesmente se levantara para dar aula e deixara o corpo sentado numa poltrona diante da lareira da sala de professores; sua rotina não se alterara nem um pinga desde então. Hoje estava chato como sempre. O Prof. Binns abriu seus apontamentos e começou a ler num tom monótono (...) (ROLLING, 2000, p 115).

Sabemos que o professor de História, retratado nessa literatura, é muito do que se repete comumente nos discursos de como a disciplina é ensinada em sala de aula, retratada como chata, estudo de quem já morreu, o que é passado já passou, basta observar os lugares e as escola de todo Brasil, que provavelmente teremos respostas de que a ciência que tratamos aqui, retrata nomes de heróis, datas e assuntos distantes da realidade, da história do lugar.

Segundo Caími (2007, p. 37) os alunos da educação básica estudados por ela estão mais ligados em jogos eletrônicos – mais uma vez a sedução da Iara – do que na aprendizagem da História, para ela o professor “deveria fazer da aula um espaço de curiosidade, envolvimento, questionamento, dúvida, enfim, de efetivo interesse pelo conhecimento.” Assim, se opondo ao professor de Binns, apresentado anteriormente. É preciso aprender com a Iara e passarmos a atrair nossos alunos para a aprendizagem significativa, utilizando as tecnologias digitais nas metodologias de ensino e aprendizagem, construindo a consciência histórica segundo Rüsen (2001).

Por fim, cabe ao professor de História procurar ocupar os espaços digitais, embora tenhamos a compreensão que não é fácil esta competição da sala de aula, e suas limitações espaciais e pedagógicas, com o atraente mundo virtual de jogos e informações rápidas que podem ser, ora conhecimento, ora desinformação. É preciso destacar também que o professor é o principal fiador nas concepções do entendimento



de mundo, podendo, na sua relação de ensino e aprendizagem, promover conexões entre os conhecimentos históricos da sala de aula e de fora dela.

Segundo Melo e Meneses (2021, p. 355) “(...) para entender que História os alunos trazem para a sala de aula ou para frente da tela do computador, seja para projetar uma História a ser ensinada, é preciso considerar como eles aprendem História nos diversos espaços escolares e não escolares, (...) e quem pode e deve estar preparado para que estes indivíduos consigam agir de maneira crítica ante as informações recebidas em todos os espaços? Acreditamos que é o professor de História e sua atuação docente, espelhado na Iara, porém, fazendo emergir a verdade do tempo presente.

E qual o discurso da História Pública nesse campo de luta? É possível ao historiador operar no mundo digital, para construir uma verdade histórica? São inúmeros os desafios para este trabalho, porém, reafirmamos a necessidade de uma postura historiográfica nos moldes da “*veridicção*” (Foucault, 2017), os professores e historiadores, como agentes e operários desse processo devem sim ocupar o campo digital, construindo um conhecimento verdadeiro dando voz à História que deve ser defendida, ou seja, é preciso ser sujeito de ação transformadora na produção acadêmica, nas formações de professores, e principalmente no chão da sala de aula.

É pertinente e desejável que os docentes e historiadores possam construir, publicar e democratizar o acesso ao conhecimento histórico, feito por profissionais e não vulgos amadores e seus interesses políticos e sociais conservadores.

A todos os inabaláveis docentes de História. O que foi escrito aqui, em primeira e última instância, foi pensado como uma forma de contribuição à prática cotidiana. Planejar aulas, corrigir provas, viajar para fazer uma pós-graduação e lidar com a desconfiança de pais e responsáveis é parte de nossa rotina. Não poderíamos nos calar diante dos discursos disseminados por sujeitos com interesses diversos, disseminando a deslegitimação de nosso ofício. Os capítulos aqui escritos representam um manifesto de apoio incondicional a todos os professores e professoras. Esta luta é nossa. (FERREIRA, 2020, p. 2).

Se apoderando da luta proposta pelo autor em sua dedicatória de dissertação, percebemos que os discursos históricos devem ocupar as redes. Como faremos? Se ainda não sabemos é preciso aprender, ocupar o campo do jogo do saber digital e transformá-lo a nosso favor, promover o ensino de História, nesse campo ilimitado na construção



da verdade histórica, de forma técnica como defendeu Foucault. E, como nos aponta o caminho Ferreira (2022) não podemos nos calar, é nosso dever defender o nosso ofício, junto a verdade, ainda que leve a nosso sacrifício.

REFERÊNCIAS

ALADIN, Débora. **Resumo de História: DITADURA MILITAR**, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_h31-55wuEw, Acesso em 07 jun 2022

ANDRELO, Roseane. **O rádio a serviço da educação brasileira: uma história de nove décadas**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p.139-153 set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>, Acesso em: 07 jun 2022.

AVILA, Arthur Lima de. **Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico**. Revista Brasileira de História, vol. 41, nº 87, p. 161-184, 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Acesso: 03/05/2022. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 jul 2022.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História**, Revista Tempo, V11, Nº 21, 2007.

CASEMIRO, Sandra Ramos. **A lenda da Iara: nacionalismo literário e folclore**. Orientador CAMILO, Vagner. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Literatura Brasileira, São Paulo, 2012.

CORDIOLI, Carolina. **Telecurso 2000 ainda existe? Saiba aqui e veja opções!** Disponível em: <https://vaidebolsa.com.br/blog/dicas-e-curiosidades/telecurso-2000/> 3 mar 2021. Acesso em: 16 jul 2022.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/> Acesso em: 16 jul 2022.

FERREIRA, Francisco Júlio Sousa. **As práticas discursivas sobre o Ensino de História na grande mídia: 2002 a 2019**. Dissertação. Mestrado. Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri – Ceará, 2020.



FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017. p. 4 a 30

LEE, Peter. **Por que aprender história?** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 19-42, out./dez. 2011. Editora UFPR.

MENESES, Sônia. **Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 41, no 87, 2021.

MENESES, Sônia. **Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade**. Revista História Hoje, v. 8, nº 15, p. 66-88 – 2019.

MENESES, Sônia; MELO, Francisco Egberto de. **Toda história em cinco minutos! História pública e ensino de História – considerações sobre o passado ensinado no Youtube**. IN: ANDARDE; PEREIRA. Op. Cit. P. 346-359. Oikos, 2ªed. – E-book, São Leopoldo, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, **Plano de P&D e COVID-19**. Disponível: <https://www.who.int/teams/blueprint/covid-19>. Acesso em 20 jul 2022.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Publicizar sem simplificar – o historiador como mediador ético**. In Almeida, Juniele Rabelo de e MENESES, Sônia. História Pública em Debate – Patrimônio, educação e mediações do passado, Letra e Voz, 2018. Acesso em: <https://classroom.google.com/c/NDc2OTg2MjM0OTk2/m/NDc2OTkwMDkyMzg5/details>

RÜSEN, Jörn, **Teoria da História**. Brasília: UnB 2001a.

SALLE, Diogo da Costa. **Criando a doença para vender a cura: o discurso da “doutrinação ideológica” do Movimento Escola Sem Partido**. Dissertação. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2019.

TURIN, Rodrigo. **Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades**. Tempo | Niterói | Vol. 24 n. 2 | Maio/Ago. 2018.



VALIM, Patrícia; Avelar, ALEXANDRE de Sá; BEVERNAGE, Berber.

Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 41, no 87, 2021.

MULHERES CAMPONESAS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DAS CEBs NA PARAÍBA DOS ANOS 1970

Jadson Pereira Vieira¹¹

Programa de Pós-graduação em História da UFRN – PPGH/UFRN
jadsonpv@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe-se a problematizar a atuação das mulheres nos movimentos camponeses da Paraíba dos anos 1970. Como lócus de análise exemplificarei os movimentos de reforma agrária acontecidos nos Espaços Planalto da Borborema na Paraíba nos anos de 1970. Pensando as práticas educativas das mulheres que trouxeram para si o protagonismo e liderança junto às demandas sociais de reforma agrária e luta pela terra usando como base se sua atuação o capital cultural absorvido dos ensinamentos das Comunidades Eclesiais de Base - CEBS. O objetivo deste texto é visibilizar mulheres camponesa para a História e apresentar os primeiros passos da pesquisa de doutoramento que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte PPGH/UFRN. Teoricamente parto dos embasamentos de Rosa (2013) e Rego (2013) para pensar uma escrita da história a partir da perspectiva do feminino e Gonh (2010) e Bourdieu (2007) para refletir como a luta destas também representou demandas sociais pelo trabalho e construção de capital cultural dentro dos movimentos sociais.

Palavras-Chave: Mulheres; Práticas Educativas, Luta pela Terra; Movimentos Sociais.

Introdução

Venha, venha vou tirar sua boiada...
Seu Vicente venha logo receber
É bem pouquim, é dez cabeça, é quase nada
Tem muita gente, mas não bole com você
Venha seu Vicente, receber o seu gado.
Que o povo quer trabalhar lá no cercado [...]

¹¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGH/UFRN. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba. Professor das redes Estadual da Paraíba e Municipal de Lagoa Seca – PB.